



L E I Nº 4.532, DE 28 DE JUNHO DE 2004

“APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”

JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DA LUZ, Prefeito Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o **Plano Municipal de Educação**, constante em documento anexo, com duração de 10 (dez) anos.

Art. 2º. O Sistema Municipal de Ensino e a Sociedade Civil, acompanharão a execução e procederão às avaliações periódicas da implementação do Plano Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A primeira avaliação realizar-se-á no terceiro ano de vigência desta Lei, através de um Fórum Municipal.

Art. 3º. O Plano Plurianual do Município será elaborado de modo a dar suporte às metas constantes no Plano Municipal de Educação.

Art. 4º. Os órgãos do Sistema Municipal de Ensino e as Escolas empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de junho de 2004

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

JOÃO ALFREDO DA SILVEIRA PEIXOTO
Secretário de Administração

JOSÉ FRANCISCO FERREIRA DA LUZ
Prefeito Municipal

PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO - PME

SUMÁRIO

I-INTRODUÇÃO	4
1 Informações sobre o município	4
2 Visão de Educação	14
3 Histórico	15
3.1 Histórico do Plano Nacional de Educação.....	15
3.2 Histórico do Plano Municipal de Educação	16
4 Objetivos.....	17
5 Princípios	17
6 Prioridades.....	18
II-NÍVEIS E MODALIDADES.....	19
1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
1.1 Diagnóstico	19
1.2 Diretrizes	24
1.3 Objetivos e Metas	25
2 ENSINO FUNDAMENTAL.....	27
2.1 Diagnóstico	27
2.2 Diretrizes	31
2.3 Objetivos e Metas	32
3 ENSINO MÉDIO.....	35
3.1 Diagnóstico	35
3.2 Diretrizes	37
3.3 Objetivos e Metas	37
4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	38
4.1 Diagnóstico e Diretrizes.....	38
4.2 Objetivos e Metas	38
5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	39
5.1 Diagnóstico	39
5.2 Diretrizes	40
5.3 Objetivos e Metas	40
6 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	41
6.1 Diagnóstico	41
6.2 Diretrizes	42
6.3 Objetivos e Metas	42

III-MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	44
1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	44
1.1 Diagnóstico	44
1.2 Diretrizes	45
1.3 Objetivos e Metas	45
IV-FINANCIAMENTO E GESTÃO	46
1 FINANCIAMENTO.....	46
1.1 Diagnóstico	46
1.2 Diretrizes	47
1.3 Objetivos e Metas	47
2 GESTÃO	48
2.1 Diagnóstico	48
2.2 Diretrizes	48
2.3 Objetivos e Metas	48
V-ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME	50
REFERÊNCIAS	51

I- INTRODUÇÃO

1. Informações sobre o Município

Localização

O Município de Santo Antônio da Patrulha, dispõe de uma área territorial de 1.069 km², estando sua Sede a 57 metros do nível do mar, latitude sul -29,818 e longitude de -50,52, constituindo-se em uma região denominada Litoral Norte.

Limites

Santo Antônio da Patrulha limita-se ao norte com Rolante e Riozinho, ao sul com Viamão e Capivari do Sul, a leste com Osório e Caraá e, a oeste com Taquara, Glorinha e Gravataí.

Ligações com outros Municípios

Distante 76 km de Porto Alegre, através de ligações da BR 290 e da RS 30, sendo que ambas proporcionam ligação com o centro do País, via BR 101.

O Município liga-se com Rolante, Riozinho e Taquara pela RS 474.

Hidrografia

O Município de Santo Antônio é dividido por duas bacias hidrográficas. Na área plana, formada na grande planície lacustre, característica do Litoral Norte do RS, encontra-se a bacia do Rio Gravataí, cuja nascente localiza-se no banhado do Chico Lomã, sendo alimentada por dois arroios que cortam a área urbana.

Originária no Município de Caraá, a bacia do Rio dos Sinos corta o Município com suas águas sendo utilizadas para agricultura, pecuária e abastecimento.

História

Santo Antônio da Patrulha é um dos quatro primeiros Municípios do Rio Grande do Sul, com colonização basicamente de origem açoriana. Com o decorrer do tempo, passou a ser povoado, também, por italianos, alemães, poloneses e africanos.

Em 1760 foi elevado a condição de Freguesia para, em 1809, passar a Vila. Em 03 de abril de 1811 foi instalado o Município de Santo Antônio da Patrulha. Recebeu esta denominação em função das patrulhas instaladas em seu território objetivando a cobrança de impostos para a Coroa.

A história do Município evidencia alguns ciclos importantes em sua trajetória.

No ciclo da Cana de Açúcar, mais de 06 mil hectares sustentavam a produção da Agasa. Com o fechamento desta estatal de produção de açúcar e álcool, o Município sofre uma grande depressão econômica.

O ciclo do arroz transforma a lavoura e gera a criação de cooperativas que auxiliam os produtores na armazenagem e comercialização do produto. Os baixos preços praticados no mercado interno, os altos juros bancários e as dificuldades para a exportação fizeram com que a maioria dos lavoureiros optasse por outras alternativas de produção, diminuindo as áreas de plantio.

Com a abertura da RS 30 que liga Porto Alegre ao litoral norte do Estado, estabelece-se o ciclo do "turismo de passagem" quando vários restaurantes, bares, postos de combustível, oficinas, artesanatos e pequenos produtores de cachaça e rapadura aproveitam o trânsito de viajantes para fomentar a economia local. A abertura da auto-estrada, BR 290, na década de 70, desloca o fluxo de veículos e retira esta fonte de renda do Município, causando outra crise econômica. Hoje, com acesso a BR-290 o município vem se recuperando economicamente.

O ciclo metal-mecânico com a implantação de indústrias de médio e grande porte dirigidas, principalmente, à produção de equipamentos agrícolas passa a enfrentar dificuldades no início dos anos 90 devido à crise generalizada na agricultura.

A necessidade de encontrar outros rumos para a economia local provoca o estímulo a indústria do calçado que gera emprego e retorno de divisas ao Município. Hoje esta é uma das bases da economia.

População

O Município tem uma população de 37.035 habitantes, segundo o Censo do ano 2.000, sendo 39,9% na zona rural e 60,1% na zona urbana. Evidencia-se uma participação de 0,30% da população urbana e 0,91% da população rural do Estado, com uma densidade demográfica de 34,63 hab/km².

Em 2000, o último dado oficial divulgado pelo IBGE, o Município apresenta um indicador de 609 nascidos vivos frente a 178 óbitos, enquanto apresenta 92 casamentos, 22 separações judiciais e 19 divórcios. Estão registrados 27.562 eleitores (em 2000).

Segundo o Censo de 2000, a população está dividida nas seguintes faixas etárias:

De 0 a 04 anos	De 05 a 09 anos	De 10 a 19 anos
2.984	3.153	6.546
De 20 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos
5.502	5.821	4.586
De 50 a 59 anos	Acima de 60 anos	
3.705	4.738	

A atração de indústrias e a geração de possibilidades de desenvolvimento do ensino vêm evitando a migração da população jovem para os grandes centros. Hoje, cerca de 700 estudantes deslocam-se para as Universidades da região, mantendo residência e produzindo intelectualmente no Município.

No último censo realizado pelo IBGE em 2000, o Município apresenta decréscimo populacional. Isto se deve ao grande número de emancipações.

População de Santo Antônio da Patrulha por Distrito
(Dados Conforme Censo 2000).

1º DISTRITO/SEDE

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	10.102	10.618	20.720
RURAL	2.901	2.640	5.541
TOTAL	13.003	13.258	26.261

2º DISTRITO/MIRAGUAIA

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	1.089	1.074	2.163
RURAL	1.261	1.178	2.439
TOTAL	2.350	2.252	4.602

3º DISTRITO/CATANDUVA GRANDE

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	62	70	132
RURAL	851	745	1.596
TOTAL	913	815	1.728

4º DISTRITO/PINHEIRINHOS

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	11	14	25
RURAL	338	303	641
TOTAL	349	317	666

5º DISTRITO/EVARISTO

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	-	-	-
RURAL	1.216	1.081	2.297
TOTAL	1.216	1.081	2.297

6º DISTRITO/CHICO LOMÂ

POPULAÇÃO	HOMEM	MULHER	TOTAL
URBANA	216	210	426
RURAL	570	485	1.055
TOTAL	786	695	1.481

TOTAL GERAL

HOMEM	MULHER	TOTAL
18.617	18.418	37.035

Tabela de Dados Consolidados

De 12 a 17 anos	De 14 a 15 anos	De 15 a 17 anos	De 16 a 17 anos	% de analfabetos de 12 a 17 anos
4.009	1.269	2.095	1.441	1,4

Ranking UF	Ranking Brasil	% de matrículas de adolescentes de 12 a 17 anos na escola.	% de matrículas de adolescentes de 15 a 17 anos no Ens. Médio.	% de adolesc. de 14 a 15 anos que concluíram o Ensino Fund.
275	957	86,3	50,9	20,8

% de adolesc. de 16 a 17 anos eleitores	Óbitos de adolesc. De 12 a 17 anos de idade por causas externas.	Número de filhos de gestantes adolesc.	% gestantes adolesc. sem pré-natal.
52,1	0	57	3,5

Organização

Em sua organização territorial o Município está sub-dividido em seis distritos: Sede, Miraguaia, Catanduva Grande, Pinheirinhos, Evaristo e Chico Lomã.

A estrutura administrativa Municipal atual está assim constituída:

Gabinete do Prefeito;

Procuradoria Jurídica;

Secretaria Municipal de Administração;

Secretaria Municipal de Finanças;

Secretaria Municipal de Planejamento;

Secretaria Municipal de Educação;

Conselho Municipal de Educação – Órgão normativo do Sistema Municipal de Ensino;

Secretaria Municipal de Obras e Trânsito;

Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;

Secretaria Municipal de Agricultura e Fomento Econômico;

Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo.

Integrando a esfera administrativa, duas Fundações, um Instituto e uma Sociedade de Economia Mista:

- Fundações:

Fundação Museu Antropológico Caldas Junior

Fundação de Ensino Agrícola de Santo Antônio da Patrulha

- Sociedade de Economia Mista

AGASA – Açúcar Gaúcho S.A

Em 2001, é implantado no Município o sistema de Audiências Públicas para a tomada das mais relevantes decisões tais como:

- Plano Pluri-anual de Investimentos
- Lei de Diretrizes Orçamentárias
- Orçamento Anual
- Relatórios de Gestão de Saúde Pública
- Sistema de Funcionamento do Hospital Municipal
- Relatórios de Atendimento do Programa Família Cidadã
- Pavimentação de vias públicas

Economia

Empresas – Indústrias - Comércio:

Existem registradas no município (dados de 2004), 1.139 empresas de prestação de serviços, indústrias, comércios e profissionais autônomos.

O fomento à captação de novas indústrias é ação constante. A indústria metal-mecânica alicerça-se no município provocando a criação de uma série de outras pequenas indústrias que geram empregos e asseguram uma expressiva arrecadação de ICMS para o município.

Agropecuária:

O setor agropecuário registra 2.939 estabelecimentos ocupando 8.507 pessoas numa área de 79.726 hectares.

Na agricultura, o arroz é cultivado em escala extensiva e com alta tecnologia, sendo responsável por uma significativa parcela na geração de ICMS. Na região serrana, distribuída em minifúndios, desenvolvem-se outras culturas tais como o feijão, milho, fumo, cana de açúcar e mandioca.

Na pecuária, a criação bovina, devido a condições climáticas favoráveis, destaca-se como uma atividade econômica importante. Existe, também, o incentivo a ovinocultura, suinocultura, avicultura e piscicultura.

Novos equipamentos foram adquiridos pelo Município para que os pequenos produtores rurais, em especial para aqueles de agricultura familiar, possam incrementar sua produção.

Turismo

A proximidade com a Capital do Estado deveria ser fator aquecedor da indústria do turismo, porém a ausência de estrutura hoteleira e gastronômica fizeram com que o potencial natural permanecesse pouco explorado.

Neste momento, o Município conta com cinco pequenas pousadas, um hotel e dois motéis. Está em projeto a construção de mais um Hotel e um Núcleo de cabanas. Um complexo turístico envolvendo um centro esportivo com quadras de futebol e vôlei, piscina olímpica, boate, restaurante, alambique e pousadas, localizado no bairro Lomba da Páscoa, recentemente inaugurado.

Em 1995, um grupo de estagiários da Universidade de Caxias do Sul iniciou um trabalho de formação de um projeto de turismo rural que vem tendo seqüência nas comunidades de Evaristo e Monjolo. A adequada organização e conscientização dos moradores destas localidades viabilizam o incremento da atividade que já aponta para um local onde é servido café colonial e refeições para os visitantes.

Em 2001 teve início o Programa Presto numa parceria entre a comunidade e o Poder Público com ampla mobilização e organização dos empreendimentos turísticos. Foram especialmente tratados os novos produtos turísticos e a Rota da Cachaça e da Rapadura que visa fomentar a comercialização e industrialização da produção primária do Município, as quais entraram em funcionamento em agosto de 2003.

Iniciativas de turismo religioso e cultural vêm sendo desenvolvidas em conjunto com o turismo de eventos como a "Açoriana – Uma Festa Portuguesa", a "Festa da Cachaça, do Sonho e da Rapadura", o "Rodeio Crioulo", a "Moenda da Canção" que marcam o interesse do Município na área. Estes eventos valorizam os produtos locais e trazem rendimento econômico ao Município.

Cultura

Uma das riquezas de Santo Antônio da Patrulha é a cultura diversificada. O Espaço Cultural Qorpo Santo abriga um teatro com capacidade para 300 pessoas e uma galeria de arte. A Casa da Cultura, em fase de restauração, abriga a Biblioteca Pública Municipal Dom Pedro II, a Sala Açoriana, a Videoteca e a Discoteca Pública.

O Museu Antropológico Caldas Júnior recebe e abriga o acervo conservado pela Municipalidade, além do Arquivo Histórico Inácio José de Mendonça. No Museu são realizadas exposições com artistas locais, debates sobre o presente, passado e futuro do Município, além de cursos, seminários e outros eventos de interesse cultural.

Na cidade alta está localizado o Centro Histórico, com o casario e Fonte Imperial, em estilo colonial português.

Foi inaugurado em 2003 um Oratório de Santo Antônio nas escadarias próximas a Igreja Matriz.

Monumentos como a Igreja Matriz e o túmulo dos "Sete Fuzilados", além de atrações culturais mantêm o interesse turístico neste, que é um dos quatro primeiros municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

O funcionamento do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, do Instituto Histórico e Geográfico, do Museu Juca Maciel, da Associação Moenda de Arte e Cultura, da Associação Acoriana e da Associação de Amigos do Museu tem marcado a presença da comunidade nas realizações culturais.

Alguns Eventos realizados no Município vem alcançando destaque à nível estadual, entre eles, pode-se citar, a Moenda da Canção que conquistou maturidade e respeito entre público e artistas.

As manifestações folclóricas como o Baile do Masquê, Ternos de Reis, Cantigas de Oilarai, Cavalhadas e Festejos do Divino e de Santo Antônio caminham junto com os grupos teatrais e musicais que mantêm intensa atividade.

Os CTGs com suas invernadas artísticas mantém as tradições gaúchas apresentando-se em eventos, assim como, realizando bailes e outras atividades que fomentam a cultura gaúcha.

As publicações resultantes da produção local vêm representando a permanência dos poetas, escritores e pesquisadores em atividade, com no mínimo, 03 publicações anuais.

Esporte

Uma das fontes de diversão e entretenimento de Santo Antônio da Patrulha é o futebol que, com prática cotidiana e freqüente, marca elos entre a população, assim como, serve de elemento integrador entre as diversas comunidades do interior.

Equipes disputam campeonatos regionais com destaque. Nem só no futebol reside a prática esportiva patrulhense que tem grupos de capoeira, caratê, vôlei e atletismo, entre outros.

Jipeiros patrulhenses realizam o "Raid dos Sonhos", já inserido no calendário de eventos estadual.

A estrutura para prática esportiva pública esta baseada no Centro de Cultura e Lazer Caetano Tedesco. Com a inauguração de quadras esportivas cobertas de associações ou particulares foram ampliados os locais para disputas esportivas.

Em 2002 foi realizada uma série de competições esportivas aproveitando a Lagoa dos Barros como Campeonato de Jet Sky, de futebol sete e campeonato de vela, marcados pelo sucesso.

No Parque do Sindicato Rural realiza-se competição de moto-cross, rodeio crioulo estadual, entre outros eventos que atrai turistas de todo o Estado.

A construção de uma pista de skate junto ao Parque Caetano Tedesco vem atraindo os jovens que praticam esta modalidade esportiva.

O calçamento adequado de toda a circunferência do Parque Caetano Tedesco permite aos praticantes de "caminhadas" maior conforto e segurança para seu esporte.

Organização Social

O Poder Judiciário mantém duas comarcas, promotoria e assistência judiciária gratuita, assim como, o sistema de Tribunal de Pequenas Causas oferecendo rapidez no julgamento dos processos. Em 2003 tiveram início as obras para as novas instalações do Fórum local.

Como serviços públicos estaduais, o Município conta com estruturas da CEEE, Corsan, Secretaria de Obras, agência do IPE, Exatoria Estadual e Emater.

A agência do INSS é o único órgão federal instalado em Santo Antônio da Patrulha.

Uma das características da população patrulhense é a solidariedade e, talvez por isto, as organizações sociais adquirem força e mantém boas estruturas de funcionamento. Existem associações de moradores de bairros, clubes de mães, grupos da melhor idade, clubes sociais, asilos, abrigo para crianças e adolescentes e sindicatos.

Instaladas no Município as Igrejas Episcopal, Protestante, Universal, Católica, Sociedade Espírita e Centros de Umbanda.

A Rede de Atendimento em Assistência Social é formada pela Casa da Criança, Associação das Amigas do Hospital, Associação Comercial e Industrial, Asilo Oscar Vargas, Asilo Luzia Catarina, APAE, Clubes de Mães, Lyons Clube, Rotary Clube, Comissão de Apoio a Criança e ao Adolescente, Grupos de Terceira Idade, Pastoral da Criança, Sociedade Assistencial Pio X, Sociedade Espírita Fonte de Luz e Santo Antônio sem Fome e com dignidade.

Os Conselhos Municipais servem como mecanismo de controle e participação da sociedade na estrutura administrativa do Poder Público. Estão em funcionamento os seguintes Conselhos: Turismo, Rodoviário, Cultura, Esporte, Patrimônio Histórico, Alimentação Escolar, Fundef, Assistência Social, Acompanhamento Nutricional, Saúde, Defesa do Consumidor, Desenvolvimento, Educação, Trânsito, Contribuinte, Meio Ambiente, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Câmara Gestora do Hospital, Conselho Deliberativo do Hospital, Conselho Fiscal da Fundação Museu Caldas Junior.

Os servidores públicos estão atendidos pelo sindicato municipal da categoria e pelo Fundo de Aposentadoria do Servidor.

Assistência Social

O Departamento de Assistência Social do Município mantém um plantão de atendimento social que proporciona alimentação, vestuário, auxílio funeral, material de construção para emergências e encaminhamentos para atendimento psico-social ou médico.

Diariamente um veículo desloca-se para Porto Alegre encaminhando pacientes para exames ou consultas de alta e média complexidade, inexistente do Município.

O Departamento de Assistência Social participa do programa Família Cidadã, implementado pelo Governo do Estado e contempla famílias em situação de exclusão social.

Realizado o Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, famílias foram contempladas nos programas Vale Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Programa Bolsa Família está sendo implantado gradativamente.

O projeto Pé Quente atende crianças e adolescentes no turno oposto ao da Escola em atividades como teatro, dança, música, capoeira e reforço escolar, recebendo transporte e alimentação gratuita.

No Centro da Cidadania são atendidos idosos e portadores de deficiências em atividades lúdicas e recreativas que visam sua inserção social.

Com recursos públicos da Assistência Social, são apoiadas instituições como a Casa da Criança, a APAE, Asilo Luzia Catarina, projeto Conviver e Asilo Oscar Vargas que atendem portadores de deficiência, idosos e crianças em situação de risco social.

Programas como a Festa do Idoso, Natal da Criança Feliz, Carnaval da Terceira Idade, Campanha do Agasalho trazem recursos para o Departamento de Assistência Social complementar a destinação orçamentária e assim manter o investimento nas famílias de baixa renda como também, proporcionar lazer e diversão para todas as camadas da sociedade.

Um grande número de eventos benéficos é realizado durante todo o ano pela comunidade visando suprir com recursos financeiros ou materiais aos mais necessitados e a casos especiais.

Sistema de Saúde

O Sistema Municipal de Saúde (SMS), em Santo Antônio da Patrulha, encontra-se municipalizado na gestão Plena de Atenção Básica no SUS, conforme Portaria 3925 de 13.11.98, publicada no Diário Oficial da União em 17.11.98.

Está em pleno funcionamento o Conselho Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde. O Conselho mantém representação proporcional de usuários, comunidade organizada, prestadores de serviços e poder público, com reuniões mensais que avaliam o funcionamento e adequação de todos os programas, projetos e resultados da política municipal de saúde pública.

Trimestralmente, são realizadas audiências públicas onde é apresentado para a comunidade todo o resultado de aplicações financeiras, assim como o resultado de atendimentos em saúde para a população.

Em outubro de 2002 foi inaugurado o Centro Oftalmológico que serve de referência para toda a região em oftalmologia. Com equipamentos novos e recentemente adquiridos, este Centro atende pequenas cirurgias, consultas e exames para os pacientes da rede pública.

Em junho de 2003, foi criado o Instituto Hospitalar Santo Antônio, instituição sem fins lucrativos, administrado pela comunidade e que recebe a gestão da antiga autarquia do hospital municipal.

O Laboratório de Análises Clínicas ampliou seu atendimento após a aquisição de novos e adequados equipamentos nos últimos anos. Milhares de atendimentos mensais garantem aos usuários do sistema único de saúde atendimento gratuito para exames de pequena e média complexidade.

O Centro de Atendimento Psico-Social entrou em funcionamento em 2002 com uma equipe multi-disciplinar que atende individual e coletivamente aos programas de prevenção e combate ao alcoolismo, bem como a outros problemas psicossomáticos.

A Farmácia Municipal fornece medicamentos da rede básica para milhares de pacientes mensalmente com recursos municipais, estaduais e federais. O Município mantém contrato de prestação de serviços para atendimento de traumatologia e ortopedia.

Recentemente adquirida uma Unidade Móvel de Saúde que atende as comunidades do interior do Município que não dispõem de Postos de Saúde ou Programa de Saúde Familiar ou Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

Integram o sistema municipal de saúde o Hospital Municipal e as seguintes Unidades de saúde: Posto de Saúde Central, Posto de Saúde da Miraguaia, Posto de Saúde da Agasa, Posto de Saúde Chico Lomã, Posto de Saúde Pinheirinhos, Posto de Saúde da Várzea, Posto de Saúde Bom Princípio, Posto de Saúde Menino Deus.

Do total da despesa com saúde do município, 52,9% são financiados por recursos transferidos por outras esferas de governo, sendo 34,5% desses, oriundos da União. Estes indicadores demonstram o grau de independência em relação a repasses de recursos de outras esferas no financiamento da saúde local. A despesa com saúde, financiada por recursos próprios municipais, representou em 2002 16,94% da receita de impostos e transferências constitucionais e legais. Este indicador informa se o município está ou não cumprindo a Constituição Federal, que prevê um gasto mínimo de 15% em saúde.

As despesas com saúde representaram um gasto por habitante de R\$ 121,83 sendo 68,8% com pessoal ativo, 6,5% com medicamentos, 5,2% com serviços de terceiros – Pessoa Jurídica e 2,3% com investimentos.

Em relação a receitas, 13,0% da receita total do município são provenientes de impostos diretamente arrecadados e 68,3% são transferidos por outras esferas de governo.

Educação

O Sistema Municipal de Ensino, organizado pela Lei Municipal 3255/98, tem como órgão administrativo a Secretaria Municipal de Educação e como órgão normativo o Conselho Municipal de Educação, os quais contam com uma estrutura educacional que vem sendo modernizada desde o início da implantação dos pólos educacionais em todo o Município que dispõe de: 08 estabelecimentos de ensino de educação infantil, 28 estabelecimentos de ensino fundamental da rede estadual, sendo 03 destes também de ensino médio; 28 escolas de ensino fundamental da rede municipal. Além destes, 02 estabelecimentos privados oferecem ensino fundamental e médio a população local e 02 estabelecimentos privados oferecem educação infantil.

Esta estrutura educacional permitiu atender no ano de 2002, 726 alunos na educação infantil, 5.894 alunos no ensino fundamental e 1.817 alunos no ensino médio, em escolas públicas.

Uma Escola de Ensino especial, mantida pela APAE atende 70 alunos em cinco níveis, além de 25 crianças em estimulação precoce.

Em Santo Antônio da Patrulha, não existe Instituição de ensino superior. Houve uma unidade de extensão da UNISINOS que funcionou até 1996. Sendo assim, centenas de estudantes deslocam-se para Osório (FACOS), Gravataí, Canoas e Torres (ULBRA), São Leopoldo (UNISINOS) e Taquara (FACCAT), diariamente. É permanente a mobilização para implantar um curso superior no município.

A preocupação com a qualidade da educação tem norteado as ações do município. A Secretaria Municipal de Educação possui os seguintes programas especiais:

- Laboratório de Informática
- Programa de Educação Ambiental
- Laboratório de Aprendizagem
- Projeto Peixe Dourado
- Classe de Aceleração de Estudos
- Projeto AABB Comunidade
- Daiby – Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma
- Biblioteca Escolar
- Educação para o Trânsito
- Cantando a Educação Infantil
- Cuidando de seu Sorriso
- IBOPE/NEPSO (Nossa escola pesquisa sua opinião)

2. Visão de Educação

a) Na Legislação:

Constituição Federal - Art. 205 "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Lei Federal 9394/96 - Art. 1º "A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

b) Construída no município:

O homem é um ser que busca a possibilidade de desencadear a vida com toda a plenitude. Um ser que com toda a ansiedade, que viver.

O homem necessita interrogar-se sobre a existência, a vida e suas circunstâncias.

E para dar resposta à problemática humana, a educação deve ter bem presente que o homem deve aprender a pensar e questionar, não através de um processo dirigido que mitifica e conduz, mas através de um processo libertador, crítico e questionador.

A educação tem significado e sentido quando torna as pessoas capazes de alcançar a plenitude do seu potencial como seres humanos, capazes de colocar as suas habilidades à disposição do processo de humanização, partindo do seu meio.

É necessário trabalhar na convicção de que o mundo pode ser mudado pela transformação das pessoas, a partir do questionamento de sua realidade. Assim, todo trabalho exige uma visão clara de que o homem é chamado a ser alguém neste mundo.

A educação é um processo contínuo e global, para todos e para sempre, que envolve a pessoa em sua totalidade e se realiza em espaços formais e informais com o propósito de torná-la mais humana e, assim, possa assumir o compromisso de transformação do mundo, partindo de si.

A educação integral nos faz compreender como pessoa completa: aquela de sentimentos, vontade, aspirações de liberdade que descobre e exerce a sua cidadania.

A educação é um processo dinâmico que trabalha com a síntese histórica do povo, orientando para o hoje e projetando para o futuro.

A ação educativa precisa partir da proposta de uma educação transformadora, onde o educando é o sujeito do próprio desenvolvimento e do desenvolvimento social.

A educação transformadora é um desafio ao educador, à escola, aos conteúdos, às metodologias e às relações educativas, exigindo uma nova postura e uma revisão contínua das práticas educativas.

Neste entendimento de educação, o que se pretende é:

- uma escola aberta, democrática, dinâmica, que vise a transformação do meio onde atua;
- alunos participativos, críticos, interessados, conscientes da realidade, que busquem na educação sua independência e transformação, que promovam mudanças em suas vidas e no meio onde vivem.
- um currículo escolar vivo, problematizador, dinâmico, que dê identidade à comunidade escolar.

Acreditamos em uma sociedade transformada pela ação da escola, pelo comprometimento do professor e pelas ações dos pais e alunos.

Somos educadores em tudo que somos e fazemos.

3. Histórico

3.1 Histórico do Plano Nacional de Educação

O surgimento das primeiras idéias de um plano que tratasse da educação em todo país, aconteceu desde o início da instalação da República do Brasil. À medida que o país ia se tornando social e politicamente organizado, a educação começou a se impor como condição fundamental para o seu desenvolvimento.

Em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação propunha a reconstrução Educacional.

Em 1934, houve a inclusão de artigo na Constituição Brasileira. "Competência da União: fixar o plano nacional de educação, comprehensivo do Ensino de todos os graus e ramos comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo território do país" (Artigo 150).

Em 1962, surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação, elaborado na vigência da LDB nº 4.024/61, não como Lei, mas como iniciativa do Ministério da Educação e aprovado pelo

então Conselho Federal de Educação. Era um conjunto de metas qualitativas a serem alcançadas em 8 anos.

Em 1988, com a Constituição Federal, ressurgiu a idéia de um plano nacional a longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área da educação (Art. 214).

A LDB nº 9394/96 estabelece em seus artigos 9º e 87 que cabe à União, a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios e institui a Década da Educação. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o Plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação, com diretrizes e metas para os 10 anos posteriores, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano Decenal de Educação para Todos, que é fruto de reunião organizada pela UNESCO em Jomtien, Tailândia em 1993.

Após debates e análises foi aprovado pela Lei nº 10.172 de 09/01/01, o Plano Nacional de Educação que, entre outras providências, incumbe os Estados, Distrito Federal e Municípios a elaborarem seus planos decenais correspondentes.

3.2 Histórico do Plano Municipal de Educação

Em 1990 o município realizou o Plano Decenal de Educação o qual fez um levantamento de dados do município e priorizou ações objetivando educação para todos dentro de um contexto de um município maior geograficamente e com um número de habitantes superior.

A construção do Plano Municipal de Educação iniciou em 2002 com a seguinte caminhada:

Em 19 de abril de 2002, realizou-se a primeira reunião com a comissão executiva representada pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, com o objetivo de estabelecer uma agenda de estudos e ações possibilitando a participação da comunidade na elaboração dos objetivos e metas para o PME.

O cronograma de trabalho contemplou:

- Levantamento de dados do município;
- Diagnóstico da realidade;
- Realização do Fórum Municipal com apresentação do PNE e realidade do município para a comunidade;
- Estabelecimento de objetivos e metas pelas escolas e comunidade;
- Elaboração do texto preliminar pela comissão;
- Apresentação da proposta de PME para a comunidade em geral;
- Apresentação da proposta de PME para o Conselho Municipal de Educação;
- Encaminhamento da proposta de PME para Câmara de Vereadores.

Ações de destaque:

- Até 30/06/02: CME e SMEd – pesquisa e diagnóstico da realidade e da história do município – redação de texto explicativo e tabulação de dados;
- Em 10/07/02: apresentação do diagnóstico, objetivos e prioridades aos secretários, prefeito, vice-prefeito, CME, SMEd, diretores de escolas municipais e Câmara de Vereadores;

- Em 29/07/02: Fórum Municipal de Educação com a palestra PNE e suas implicações no município, realizada pela Profª Vera Zanchet, presidente do CEED e apresentação do diagnóstico da realidade municipal aos professores da rede municipal de ensino;
- Em agosto/02: estudo nas escolas e debates para organização das propostas de objetivos e metas pela comunidade escolar;
- Em setembro/02: a comissão estuda textos produzidos por João Monlevade orientando os municípios na elaboração do PME;
- Em 10/10/02: participação na Plenária do Fórum Estadual dos Conselhos Municipais de Educação com a temática Planos Municipais de Educação;
- Em 16,17 e 18/05/03: realização do Fórum da Cidade com elaboração da carta da educação que apresentou mais de 30 propostas. Participaram deste Fórum o Secretário de Estado da Educação, José Fortunati, a coordenadora da 11ª Coordenadoria, Maria Beatriz Pelissoli, Secretaria Municipal de Educação, Maria Milanezi Jesus, conselheiros da educação, professores e comunidade;
- Em 01/07/03: participação na instalação do Fórum permanente para elaboração do Plano Estadual de Educação;
- Em 18/07/03: participação no Seminário Estadual sobre elaboração do Plano Municipal de Educação, promovido pelo Fórum Estadual de CMEs com a assessoria de Sonia Balzano;
- Até agosto/03: síntese dos objetivos e metas apresentados pelas escolas;
- Em Setembro/03: avaliação dos objetivos e metas pelas escolas, Conselho Municipal de Educação e comunidade em geral;
- Em outubro/03: elaboração documento preliminar (1ª versão);
- Em outubro e novembro/03: apreciação do documento pelas escolas, entidades e Conselho Municipal de Educação;
- Em março/04: elaboração da 2ª versão da proposta de Plano Municipal de Educação;
- Em abril/04: análise do documento pelo CME;
- Em maio/04: encaminhamento para Câmara de Vereadores.

4. Objetivos

O Plano Municipal de Educação tem como objetivos:

- a melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- a elevação do nível de escolaridade de toda população;
- o acesso e permanência, com sucesso, de toda população às escolas do sistema municipal de ensino;
- a democratização da gestão do ensino público.

5. Princípios

O Plano Municipal de Educação tem como princípios:

- a autonomia da escola no processo de elaboração de sua proposta pedagógica;

- a participação da comunidade escolar no projeto político pedagógico da escola, através de Conselhos Escolares ou Círculo de Pais e Mestres;
- a valorização dos anos iniciais de escolaridade para a construção das bases que levarão o homem a realizar novas aprendizagens e a enfrentar desafios continuamente;
- a importância da dimensão pedagógica do processo educacional do Município, pois toda atividade humana é um processo de ensinar e aprender;
- a certeza de que a escola é a instituição do mundo moderno responsável e insubstituível pela transmissão e reconstrução do conhecimento sistematizado;
- a inserção da família na escola como co-autora do processo educativo.

6. Prioridades

Considerando que os recursos financeiros são limitados e que a capacidade para responder ao desafio de oferecer uma educação de qualidade precisa ser construída constantemente, o Plano Municipal de Educação tem como prioridades:

- A garantia do Ensino Fundamental de 9 anos a todas as crianças de 06 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão deste ensino;
- A garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram;
- A garantia de atendimento às crianças de 0 a 5 anos na Educação Infantil, priorizando as mais carentes;
- A ampliação de atendimento de crianças na Educação Infantil e das crianças e jovens do Ensino Fundamental;
- A valorização dos profissionais da educação;
- Desenvolvimentos de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino para uma melhor gestão do mesmo;
- Desenvolvimento harmônico e eficaz de todo Sistema Municipal de Ensino representado pelos órgãos administrativo e normativo (Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação) e as instituições de ensino, num processo de construção coletiva de educação e exercício da cidadania.

II- NÍVEIS E MODALIDADES

1 EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 Diagnóstico

Educação Infantil – Crianças Atendidas

ANO	Escolas Municipais de Ensino Fundamental - 04 a 06 anos	Escolas de Educação Infantil 0 a 06 anos	
		Municipais	Particulares
1996	-	294	40
1997	213	325	71
1998	168	334	75
1999	168	328	68
2000	177	332	92
2001	217	356	86
2002	215	366	85*
2003	39**	399	115***

* Este número aumentou, a partir de julho com a compra de vagas.

** Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos.

*** Neste número estão incluídas 60 vagas compradas pela Prefeitura.

No final de 1996 a educação infantil passa a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. A mudança de postura passando do cuidar das crianças, para o educar e cuidar, tem sido uma construção constante que necessariamente exige um profissional melhor preparado para a função.

A qualidade de oferta, a partir de 1997, tem se elevado permanentemente e em decorrência a demanda tem sido cada vez maior.

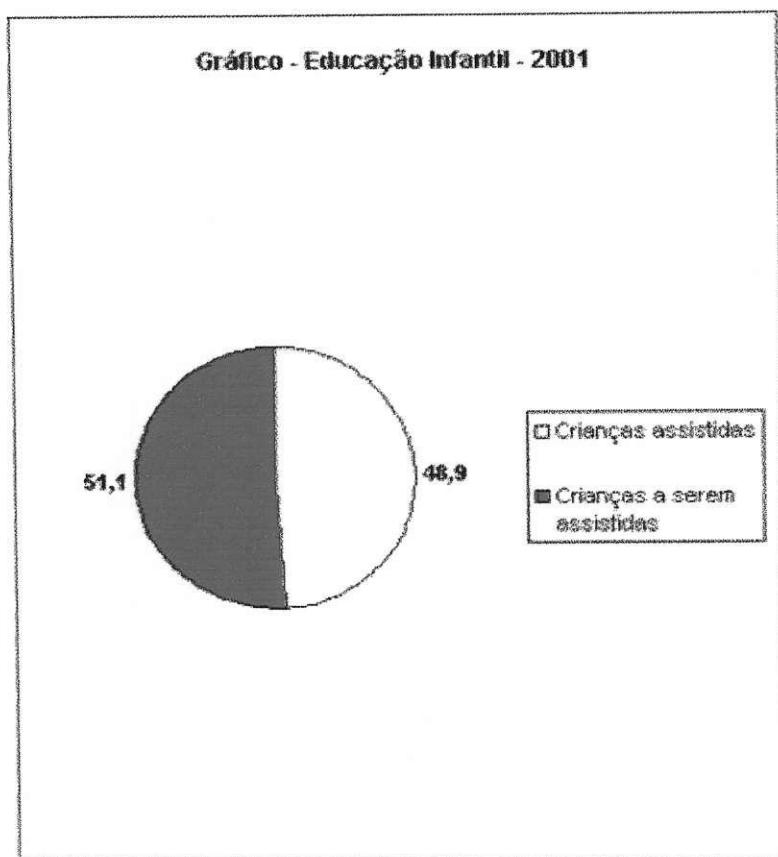
Os indicadores que permitem falar em qualidade são: formação dos profissionais em nível médio na modalidade normal com ênfase em Educação Infantil ou Magistério, diretores das instituições com formação mínima, construção do Regimento Escolar e Plano Pedagógico, e melhor infra-estrutura.

A partir de 2001 o município adotou a política de compra de vagas nas escolas de educação infantil particulares, visando atendimento da demanda existente. A ampliação da oferta é considerável, mas o número de famílias que aguardam vaga aponta para uma necessidade de ampliar ainda mais a oferta. É necessário dar prioridade aos mais carentes, fazer parcerias com a iniciativa privada e com as comunidades e trabalhar pelo regime de colaboração entre União, Estado e Município, bem como pela criação de um financiamento próprio para Educação Infantil.

O número de crianças atendidas pela iniciativa privada mantém-se estável, comprovando as dificuldades financeiras das famílias.

O Censo/2000 aponta 2.984 crianças de 0 a 4 anos e em 2003 são residentes no município 3.051, crianças de 0 a 5 anos, nossa atual demanda em potencial.

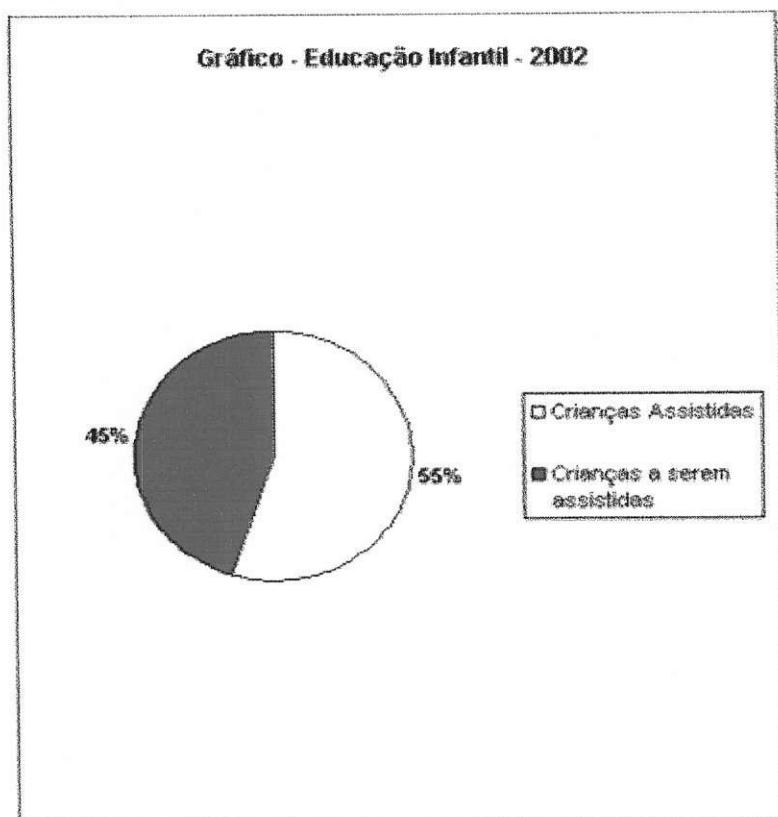
Em 2002, além das crianças atendidas nas escolas municipais, foram compradas 90 vagas, de um turno, nas escolas particulares e, em 2003 foram compradas 60 vagas e ainda existem, hoje, 179 crianças aguardando atendimento, estando à maioria na faixa etária de 0 a 3 anos.



Crianças assistidas 48,9
 Crianças a serem assistidas 51,1

Quadro das Escolas Municipais de Educação Infantil - 2001

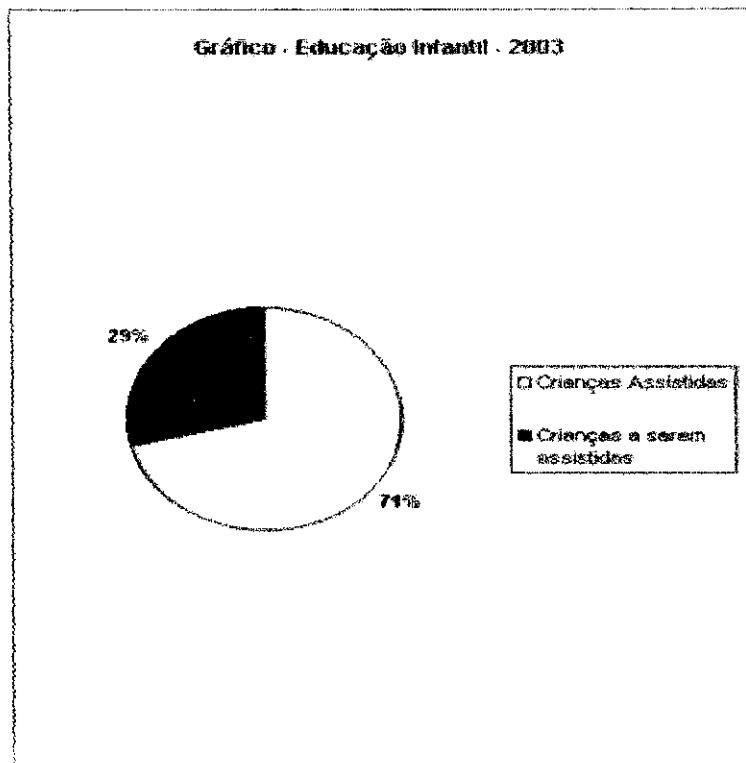
Escola	Localidade	Total de crianças assistidas	Total de crianças a serem assistidas
E.M.Educ.Inf. Bem-Me-Quer	Evaristo	30	11
E.M.Educ.Inf. Fatia do Sol	Bairro Madre Teresa	74	85
E.M.Educ.Inf. Moranguinho	Cidade Alta	74	87
E.M.Educ.Inf. Pinguinho de Gente	Bom Princípio	74	102
E.M.Educ.Inf. Soneca	Lomba da Páscoa	74	71
E.C. Educ.Inf. Portão	Portão	30	15
Total		356	371



Crianças Assistidas 55%
 Crianças a serem assistidas 45%

Quadro das Escolas Municipais de Educação Infantil - 2002

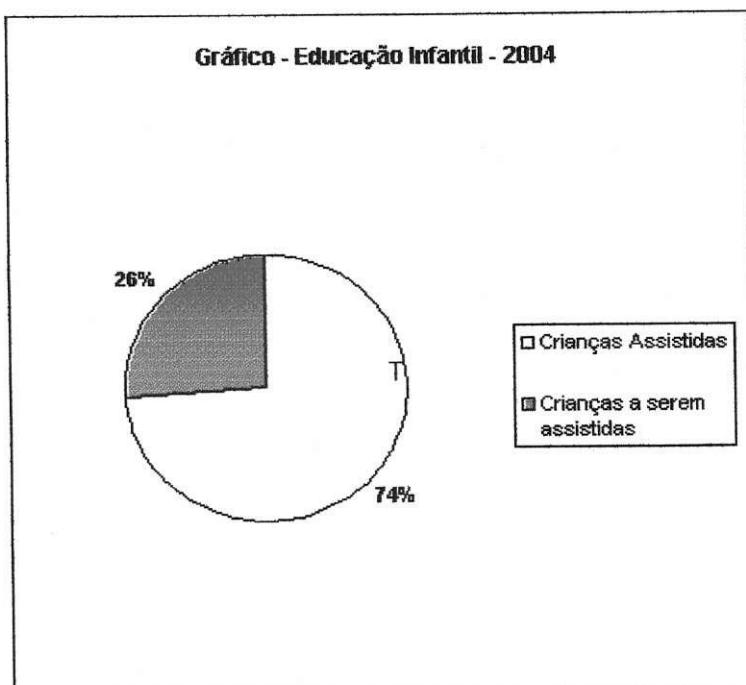
Escola	Localidade	Total de crianças assistidas	Total de crianças a serem assistidas
E.M.Educ.Inf. Bem-Me-Quer	Evaristo	30	6
E.M.Educ.Inf. Fatia do Sol	Bairro Madre Teresa	84	60
E.M.Educ.Inf. Moranguinho	Cidade Alta	74	54
E.M.Educ.Inf. Pinguinho de Gente	Bom Princípio	74	95
E.M.Educ.Inf. Soneca	Lomba da Páscoa	74	49
E.C. Educ.Inf. Portão	Portão	30	12
Esc. Educ. Inf. O País das Maravilhas	Cidade Alta	28	53
Esc. Educ. Inf. Pintinho Amarelinho	Várzea	51	35
Total		445	364



Crianças Assistidas 71%
 Crianças a serem assistidas 29%

Quadro das Escolas Municipais de Educação Infantil - 2003

Escola	Localidade	Total de crianças assistidas	Total de crianças a serem assistidas
E.M.Educ.Inf. Bem-Me-Quer	Evaristo	30	2
E.M.Educ.Inf. Fatia do Sol	Bairro Madre Teresa	84	32
E.M.Educ.Inf. Moranguinho	Cidade Alta	74	27
E.M.Educ.Inf. Pinguinho de Gente	Bom Princípio	74	52
E.M.Educ.Inf. Soneca	Lomba da Páscoa	74	29
E.C. Educ.Inf. Portão	Portão	30	3
Esc. Educ. Inf. O País das Maravilhas	Cidade Alta	21	14
Esc. Educ. Inf. Pintinho Amarelinho	Várzea	29	24
E.M.Educ.Inf.Menino Deus	Bairro Menino Deus	33	0
Total		449	183



Crianças Assistidas 74,00%
 Crianças a serem assistidas 26,00%

Quadro das Escolas Municipais de Educação Infantil - 2004

Escola	Localidade	Total de Crianças assistidas	Total de Crianças a serem assistidas
E.M.Educ.Inf. Bem-Me-Quer	Evaristo	30	2
nf. Fatia do Sol	Bairro Madre Teresa	84	32
E.M.Educ.Inf. Moranguinho	Cidade Alta	74	33
E.M.Educ.Inf. Pinguinho de Gente	Bom Princípio	74	39
E.M.Educ.Inf. Soneca	Lomba da Páscoa	74	47
E.C. Educ.Inf. Portão	Portão	30	0
E.M.Educ.Inf. Costinha	Costa da Miraguaia	40	0
E.M.Educ.Inf. Menino Deus	Bairro Menino Deus	40	12
Esc. Educ.Inf. País das Maravilhas*	Cidade Alta	25	3
Esc. Educ.Inf. Pintinho Amarelinho*	Bairro Várzea	37	11
Total		508	179

* Vagas compradas

Além da vontade política dos administradores, é necessário investimento financeiro para ampliação da oferta e manutenção dos professores.

1.2 Diretrizes

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica. Ela estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional e da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positiva, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de auto-confiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade.

Essa etapa da Educação Básica se dá na família, na comunidade e nas instituições. As instituições de educação infantil vêm se tornando cada vez mais necessárias, como complementares à ação da família.

Os estudos recentes mostram que a educação infantil terá um papel cada vez maior no desenvolvimento da capacidade de aprender e na elevação do nível de inteligência das pessoas. A construção da inteligência da criança se dá, a partir do nascimento, na interação social, mediante ação sobre objetos e em todas as experiências que vive espontaneamente ou é estimulada.

Para orientar uma prática pedagógica condizente com os dados da Ciência e com o desenvolvimento da criança, constitui diretriz importante a superação das dicotomias, creche/pré-escola, assistência ou assistencialismo/educação, educação para carentes/educação para classe média.

Educação e cuidado constituem um todo indivisível, num processo de desenvolvimento marcado por etapas ou estágios em que as rupturas são bases e possibilidades para a seqüência deste desenvolvimento.

A proposta pedagógica das escolas deve contemplar educação e cuidado.

A educação infantil é um direito da criança e uma obrigação do poder público. A criança não está obrigada a freqüentar a escola, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o poder público tem o dever de atendê-la.

O desejável na educação infantil é que a criança permaneça com sua família, nos primeiros anos de vida, buscando a universalização do atendimento para crianças de 4 e 5 anos.

O atendimento para crianças de 0 a 5 anos em tempo integral acontece prioritariamente para as famílias de renda mais baixa, quando os pais trabalham fora de casa e para crianças em situação de risco social e em vulnerabilidade. Buscamos educação de qualidade para as crianças mais sujeitas à exclusão ou vítimas dela.

A inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais se dá com programas específicos de orientação aos pais, qualificação dos professores e adaptação das condições físicas.

A educação infantil vista como complementar a ação da família, busca parceria e comprometimento de todos os pais na educação de seus filhos.

1.3 Objetivos e Metas

- 1) Ampliar a oferta de classes de Educação Infantil, 4 – 5 anos, em Escolas de Ensino Fundamental situadas em comunidades que não possuam Escolas de Educação Infantil, com comprovação de demanda, a partir de 2003, buscando a universalização deste atendimento;
- 2) Equipar com infra-estrutura, recursos humanos qualificados e material pedagógico adequado as Escolas de Ensino Fundamental que oferecem Educação Infantil 4 – 5 anos, com demanda comprovada, a partir de 2003;
- 3) Construir a proposta pedagógica de Educação Infantil, 0 a 5 anos e reconstruir os Regimentos Escolares e Planos Pedagógicos até final de 2006;
- 4) Possibilitar que todos os profissionais que atuam com o educar e o cuidar da criança de 0 a 5 anos, tenham a formação mínima de Normal de Nível Médio até 2010;
- 5) Ampliar em 40% a oferta de Educação Infantil, 0 a 3 anos, através de parcerias com empresas, comunidades e outras entidades e 80% a oferta de 4 a 5 anos até 2007;
- 6) Credenciar e autorizar funcionamento de Escolas de Educação Infantil pública ou privada, a partir de 2003, que comprovem as exigências mínimas de infra-estrutura conforme as normas do Sistema de Ensino;
- 7) A infra-estrutura para educação infantil deve contemplar:
 - a) espaço interno, com iluminação, insolação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica, segurança, água potável, esgotamento sanitário;
 - b) instalações sanitárias para a higiene pessoal das crianças;
 - c) instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação;
 - d) ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades, conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da educação infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brinquedo;
 - e) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
 - f) adequação às características das crianças especiais.
- 8) Adaptar os prédios de Educação Infantil para que em três anos, a partir da aprovação deste Plano, estejam conforme os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos em normas do Sistema;
- 9) Estabelecer parcerias com as Instituições de Ensino Superior para um sistema de acompanhamento da Educação Infantil nos estabelecimentos públicos e privados, visando o apoio técnico-pedagógico, para a melhoria da qualidade;

- 10) Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação, saúde e assistência na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade;
- 11) Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas na educação infantil, nos estabelecimentos públicos e conveniados, com a colaboração financeira da União e dos Estados;
- 12) Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional;
- 13) Incentivar o efetivo funcionamento das Unidades de Apoio às Crianças (UAC) nas Escolas de Educação Infantil;
- 14) Realizar estudos sobre custo da educação infantil com base nos parâmetros de qualidade, com vistas a garantir atendimento, com eficiência;
- 15) Estabelecer parceria com a Secretaria da Saúde e Assistência Social para possibilitar o atendimento médico (pediatra, dentista, psicólogo, oftalmologista, fonoaudiólogo) aos alunos da Educação Infantil e acompanhar as famílias vulnerabilizadas e em situação de risco social;
- 16) Prover com coordenador pedagógico as escolas de educação infantil com mais de 70 alunos, visando a concretização do Projeto Pedagógico com autonomia, a partir de 2005.

2 ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 *Diagnóstico*

O Município de Santo Antônio da Patrulha vem realizando a sua caminhada ao longo da história, enfrentando as dificuldades e os desafios de cada tempo, procurando validar todas as ações e construindo transformações.

Em 1977, ano de reorganização da prefeitura municipal, foram oficializadas 120 escolas municipais. Em 1980, este número diminuiu para 100 escolas e em 1990 aumentou para 111. Neste período, as políticas educacionais centravam-se em garantir acesso à escola, sendo um período marcado por muitas construções, formando uma rede precária.

Os professores, em grande número, não tinham habilitação. As escolas pequenas e sem estrutura física, como a falta de instalações elétrica e hidráulica, dificultavam o desenvolvimento de um trabalho de qualidade.

As administrações municipais e as exigências dos novos tempos provocaram mudanças nesta realidade da educação do município.

Em 1991, o município implantou os polos educacionais, agrupando alunos de várias escolas pequenas com estrutura insatisfatória, em escolas maiores, com melhor infra-estrutura e professores qualificados, oferecendo transporte escolar. Houve o fechamento de 36 escolas e organização de uma rede de transporte escolar. Foram organizados 2 pólos educacionais municipais: Escola Municipal José Telmo Martins em Cantagalo e Escola Municipal Carlos Gomes em Rio dos Sinos e, outros 9 pólos educacionais nas escolas estaduais.

Com essa nova configuração o município transferiu matrículas para rede estadual. Neste período houve a informatização da Secretaria Municipal de Educação.

O ano de 1997 foi marcado pela implantação da nova LDB, implantação do Fundef (97 e 98), início da administração de Caraá e passagem da educação infantil para Secretaria de Educação, responsabilidade da Secretaria de Saúde até então.

Os indicadores da educação municipal são analisados, a partir de 1997, pelas razões já citadas.

A LDB 9394/96 prevê a autonomia das escolas e dos municípios e, imbuídos deste espírito, em fevereiro de 1998, pela Lei Municipal nº 3255/98, foi criado o Sistema Municipal de Ensino, dando uma nova direção à educação municipal com mais autonomia e competência para gerir o seu sistema.

Neste período, foi ampliado o atendimento de alunos através de ampliação de séries e criação de escolas de Ensino Fundamental, totalizando, hoje, 28 escolas.

A implantação do Sistema Municipal de Ensino trouxe oferta do ensino fundamental completo em escolas municipais, formação de professores para educação infantil e ensino fundamental, padrão de qualidade de infra-estrutura, elaboração da Proposta Pedagógica do ensino fundamental, Regimentos Escolares, Planos de Estudos e normatização, a partir da realidade.

Indicadores da Educação no Município

DADOS ESTATÍSTICOS DE 1^a A 8^a SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002

ZONA URBANA

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	1143	974	834	85,60%	140	14,40%	87	7,60%	82	7,10%
1998	1375	1180	1080	91,50%	100	8,50%	76	5,50%	119	8,70%
1999	1427	1210	1060	87,60%	150	12,40%	107	7,50%	110	7,71%
2000	1428	1237	1127	91,11%	110	8,89%	104	7,28%	87	6,09%
2001	1492	1304	1192	91,41%	112	8,59%	93	6,23%	95	6,37%
2002	1632	1420	1270	89,44%	150	10,56%	122	7,48%	74	4,53%

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

DADOS ESTATÍSTICOS DE 1^a A 8^a SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002

ZONA RURAL

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	811	750	598	79,70%	152	20,30%	40	4,90%	21	2,60%
1998	939	851	770	90,50%	81	9,50%	58	6,20%	30	3,20%
1999	882	815	721	88,47%	94	11,53%	31	3,51%	36	4,08%
2000	888	809	719	88,88%	90	11,12%	39	4,39%	40	4,50%
2001	907	824	747	90,66%	77	9,34%	55	6,06%	28	3,09%
2002	910	837	755	90,20%	82	9,80%	52	5,71%	21	2,31%

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

Os indicadores utilizados para controle do fluxo escolar de 1997 a 2002 permitem afirmar que a escola municipal vem conquistando maior credibilidade da comunidade a cada ano com aumento de 30,09% de matrículas no ensino fundamental.

A nova postura dos educadores coerente com os pressupostos da Lei Federal 9394/96 em garantir educação para todos, com aprendizagem, com sucesso escolar, vem diminuindo os índices de reprovação, tanto na zona urbana como na zona rural, passando de 17% para 10,27% reduzindo em quase 50% o número de alunos reprovados no ensino fundamental. Este avanço deve-se também aos investimentos na formação continuada dos educadores.

O envolvimento do município no Movimento o Direito é Aprender, no Programa Nacional do Bolsa Escola e as parcerias estabelecidas com a Promotoria Pública, Conselho Tutelar e pais dos alunos permitiram a redução dos índices de evasão escolar.

O crescimento da escola municipal e o sucesso dos alunos são comprovados pelos indicadores e é consequência do trabalho do Sistema Municipal de Ensino e investimento na formação dos professores. Porém, muito existe para ser feito. Ainda há índices de evasão e reprovação inaceitáveis, tanto na zona urbana como rural.

DADOS ESTATÍSTICOS DE 1ª SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002

ZONA URBANA

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	235	200	164	82,00%	36	18,00%	25	10,60%	10	4,20%
1998	231	201	163	81,10%	38	18,90%	17	8,50%	13	6,50%
1999	208	181	135	74,59%	46	25,41%	20	9,62%	7	3,37%
2000	247	208	168	80,77%	40	19,23%	28	11,34%	11	4,45%
2001	229	203	159	78,33%	44	21,67%	19	8,30%	7	3,06%
2002	255	219	183	83,56%	36	16,44%	30	11,76%	6	2,35%

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

DADOS ESTATÍSTICOS DE 1ª SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002

ZONA RURAL

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	183	167	114	68,30%	53	31,70%	11	6,59%	5	2,70%
1998	186	163	125	76,70%	38	23,30%	9	4,80%	14	7,50%
1999	157	141	100	70,92%	41	29,08%	9	5,73%	7	4,46%
2000	161	143	105	73,43%	38	26,57%	12	7,45%	6	3,73%
2001	151	132	106	80,30%	26	19,70%	12	7,95%	7	4,64%
2002	137	126	98	77,78%	28	22,22%	9	6,57%	2	1,46%

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

**DADOS ESTATÍSTICOS DE 5^a SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002**

ZONA URBANA

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	137	108	82	75,90%	26	24,10%	8	5,80%	21	15,30%
1998	201	163	149	90,30%	16	9,70%	15	7,50%	21	10,40%
1999	192	161	144	89,44%	17	10,56%	13	6,77%	18	9,38%
2000	169	143	133	93,01%	10	6,99%	11	6,51%	15	8,88%
2001	194	181	168	92,82%	13	7,18%	5	2,58%	8	4,12%
2002	202	178	162	91,01%	16	8,99%	12	5,97%	7	3,47%

* Em 2002 houve 5 avanços na 5^a série.

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

**DADOS ESTATÍSTICOS DE 5^a SÉRIE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS
DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA - 1997 A 2002**

ZONA RURAL

ANO	MATRÍCULA INICIAL	MATRÍCULA FINAL	APROVADOS		REPROVADOS		TRANSFERIDOS		EVADIDOS	
			TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1997	125	119	92	77,3%	27	22,7%	3	2,40%	3	2,40%
1998	151	135	123	91,10%	12	8,90%	11	7,30%	5	3,30%
1999	138	123	114	92,68%	9	7,32%	6	4,35%	9	6,52%
2000	106	96	79	82,29%	17	17,71%	3	2,83%	7	6,60%
2001	135	119	104	87,39%	15	12,61%	10	7,41%	6	4,44%
2002	142	120	112	93,33%	8	6,67%	10	8,33%	12	10,00%

A data base é 1997, ano em que separaram as escolas pertencentes ao Município de Caraá e houve a implantação da LDB 9394/96.

Analizando os dados de cada escola em particular e do conjunto das escolas municipais, por série, constatamos que as séries que elevam os índices de reprovação são 1^a série e 5^a série.

A 5^a série do ensino fundamental, no ano de 1999 teve 9,15% de reprovação. Comparando com os indicadores da educação no Rio Grande do Sul, no mesmo ano, encontramos 18,6% de reprovação na 5^a série. Sendo o Rio Grande do Sul um dos Estados que apresenta melhores índices educacionais dos pais, pode-se afirmar que Santo Antônio da Patrulha está em melhores condições, tendo necessariamente que pensar em ações concretas que diminua o impacto sobre os alunos que passam de um currículo por atividades para um currículo por disciplina.

A 1ª série do ensino fundamental, no ano de 1999 teve 27% de reprovação. Comparando com os indicadores da educação no Rio Grande do Sul, no mesmo ano, encontra-se 19,2% de reprovação. A constatação é dramática, estamos alimentando uma reprovação alta na primeira série, ano a ano. Ações de impacto e investimentos altos, devem ser feitos para qualificar um quadro de recursos humanos que saiba trabalhar com o processo de cada criança na construção da leitura e da escrita. O conceito de alfabetização, no tempo de um ano letivo, deve ser revisto e a expansão da educação infantil de 4 a 5 anos deve ser considerada.

Nessa análise, permite-se, afirmar, também, que as escolas da zona rural estão conseguindo melhores resultados, enquanto na zona urbana a situação problema se agrava.

2.2 Diretrizes

O ensino fundamental obrigatório e gratuito constitui-se em direito público subjetivo, compreendendo o acesso a permanência e a qualidade no ensino escolar até a conclusão.

A duração do ensino fundamental é de 9 anos atendendo todas as crianças de 6 a 14 anos.

O atendimento em tempo integral oportuniza ampliar o currículo escolar para além da Base Nacional Comum criando novas oportunidades de aprendizagem. Este atendimento, preconizado pela LDB, também pode se efetivar através de programas específicos que estimulem a prática de esportes, atividades artísticas, iniciação à informática, à leitura e possibilitem diminuir as desigualdades sociais.

A aceleração de aprendizagem constitui-se uma possibilidade de corrigir o fluxo escolar e manter na escola o aluno em defasagem idade-série. Esta oferta deve atender, também, a clientela do noturno.

Os programas nacionais de alimentação escolar, livro didático e outros terão o município como parceiro para ampliar o atendimento ao ensino fundamental.

O transporte escolar atende as escolas do meio rural, servindo, prioritariamente, as escolas municipais.

A oferta do ensino fundamental a todo cidadão é prioridade sobre a nucleação de escolas, admitindo-se escolas unidocentes no meio rural. As escolas do meio rural, na categoria de escolas do campo, devem construir proposta pedagógica específica adequando o currículo escolar a realidade, para construir competências de um cidadão global a partir do contexto em que vive.

A gestão democrática da escola pública se materializa nas ações diárias da escola, na indicação do diretor pela comunidade escolar e na participação de pais, alunos e professores nas dimensões pedagógica, administrativa e financeira desta gestão.

É da autonomia pedagógica da escola urbana e do campo ter Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar e Plano de Estudos próprios; elaborados coletivamente com sua comunidade escolar.

A autonomia financeira é materializada no gerenciamento democrático do dinheiro direto na escola, que visa atender pequenas demandas.

As novas concepções pedagógicas sinalizam uma construção curricular que revise o que ensinar, como ensinar, como se aprende e como avaliar estas aprendizagens; orientada por

um novo paradigma de hominização, cuidado com a natureza, crença na construção da inteligência e no respeito às diferenças. O novo currículo deverá contemplar os quatro pilares da educação: aprender a aprender, aprender ser, aprender fazer e aprender a conviver, os temas de relevância social e aprofundar conhecimento sobre a história, origem e cultura do povo patrulhense.

A sala de aula é compreendida como espaço pedagógico, dentro e fora da escola, ampliando o debate escolar com os temas de vida cidadã e cultura local nos espaços da cidade, com tudo que ela pode oferecer.

A qualidade do ensino fundamental, entendida como aprendizagens significativas para todos, está ligada às condições de infra-estrutura da escola, possibilidades de uso de outros espaços de aprendizagem, formação inicial e continuada dos professores, relação com as famílias, valorização dos profissionais da educação e qualidade do currículo escolar expressa no conjunto das ações do cotidiano escolar e no seu projeto político pedagógico.

2.3 Objetivos e Metas

- 1) Implantar o Ensino Fundamental de 9 anos através do Ciclo de Alfabetização a partir dos 6 anos, de forma gradativa, conforme a demanda de cada escola, a partir de 2003;
- 2) Implantar Classes de Aceleração de Estudo no Ensino Fundamental noturno a partir de 2003 aos alunos em defasagem de idade/série visando a conclusão do Ensino Fundamental e redução da evasão escolar em 50% em três anos;
- 3) Adequar as escolas de Ensino Fundamental, no prazo de 4 anos, a partir da aprovação deste Plano, e manter a infra-estrutura mínima necessária a uma educação de qualidade, conforme os padrões estabelecidos pelo Sistema Municipal de Ensino;
- 4) Os padrões mínimos de qualidade devem ser compatíveis com a tipologia da escola e com a realidade das mesmas, incluindo:
 - a) espaço, iluminação, insolação, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
 - b) instalações sanitárias e para higiene;
 - c) espaços para esporte, recreação, biblioteca e serviço de merenda escolar;
 - d) adaptação dos prédios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais;
 - e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
 - f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos (tv, vídeo, retro, telefone e serviço de reprodução de texto);
- 5) Efetivar o credenciamento das escolas para que em 3 anos sejam atendidas as condições do Padrão Mínimo de Qualidade do Sistema Municipal de Ensino;

- 6) Possibilitar o acesso dos alunos do Ensino Fundamental ao conhecimento de informática e equipamentos de multimídia, através do Laboratório de Informática, de forma gradativa visando atender todos os estudantes;
- 7) Oferecer transporte escolar de qualidade aos alunos que freqüentam escolas do meio rural;
- 8) Elevar a relação professor-aluno no Ensino Fundamental para 15 por professor nas escolas urbanas e , no mínimo 10 alunos por professor no meio rural para efetivar uma relação professor-aluno que permita valorizar os docentes;
- 9) Oportunizar concurso de Auxiliar Administrativo para atuar nas bibliotecas escolares;
- 10) Organizar as bibliotecas escolares conforme norma própria do sistema, a partir de 2003;
- 11) Prover de quadra esportiva as escolas que oferecem Ensino Fundamental completo até 2010;
- 12) Estabelecer parceria com Secretaria da Saúde para possibilitar atendimento médico (dentista, psicólogo, oftalmologista, fonoaudiólogo) aos alunos do Ensino Fundamental;
- 13) Universalizar o atendimento de toda a clientela do Ensino Fundamental, no prazo de três anos a partir da data de aprovação deste plano, garantindo o acesso e permanência de todas as crianças na escola;
- 14) Assegurar que todas as escolas tenham autonomia na construção e reconstrução do seu projeto político pedagógico;
- 15) Promover a participação da comunidade na gestão das escolas e no acompanhamento da educação de seus filhos em parceria com o Círculo de Pais e Mestres e Conselho Escolar;
- 16) Manter as parcerias com a União e o Estado na oferta do livro didático;
- 17) Prover de literatura, textos científicos, obras básicas de referência e livros didático-pedagógicos de apoio ao professor das escolas do ensino fundamental;
- 18) Nuclear progressivamente as escolas unidocentes, levando em consideração a realidade da comunidade, as necessidades pedagógicas e de aprendizagem dos alunos;
- 19) Manter programa de Merenda Escolar em parceria com o Estado e a União, visando fornecimento de alimentação adequada;

- 20) Ampliar, progressivamente, a jornada escolar visando expandir a escola de tempo Integral, que abrange um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente;
- 21) Articular a participação das escolas do Sistema Municipal de Ensino ao sistema de avaliação institucional em parceria com Estado e União;
- 22) Prever formas adequadas de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos professores, considerando as especificidades dos alunos e as exigências do meio (educação do campo);
- 23) Realizar censo educacional das crianças e jovens fora da escola e portadoras de necessidades especiais, por bairro ou distrito de residência e/ou locais de trabalho dos pais, até o segundo ano a partir da aprovação deste Plano, visando localizar a demanda e universalizar a oferta do ensino obrigatório;
- 24) Ressignificar o currículo escolar contemplando Educação Ambiental, Educação para Paz, Cultura Afro-brasileira, Educação para o Trânsito, Saúde e Sexualidade, bem como outros temas de relevância social, desenvolvidos sob temas transversais, seminários e projetos;
- 25) Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania;
- 26) Organizar laboratório de aprendizagem para os alunos com dificuldades de aprendizagem, através de atendimento especializado, com infra-estrutura adequada, a partir de 2002;
- 27) Oferecer cursos de atualização para os responsáveis pelos serviços de biblioteca escolar e secretaria.

3 ENSINO MÉDIO

3.1 Diagnóstico

O século XX termina apontando para um futuro cuja única certeza que se tem é a de mudança. As tradicionais formas de ver o mundo foram desmontadas, e a racionalidade técnica dá lugar a outras formas de pensamento. Já não se trata mais de soluções acabadas, mas de inventar, em cada situação, novas possibilidades, em um mundo em transformação com idas e vindas, quebras e dobras, cortes e rupturas. Enfim, um tempo de grandes viradas...

No Brasil, a população jovem de 15 a 24 anos, está em cerca de 34 milhões ou 47 milhões na faixa etária de 15 a 29 anos e os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil. Segundo Pochmann (2000), o desemprego juvenil aumentou na década de 90 numa proporção superior ao desemprego total. Os jovens representaram 62,2% no montante global dos que perderam emprego assalariado. Parece que as portas do primeiro emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial os oriundos de classes populares, o que representa um passo para a frustração e o desânimo.

A realidade da desocupação ou da ocupação precária transformaram as relações da juventude com o sentido do trabalho, gerando muitas incertezas. Diante da baixa capacidade da economia brasileira em gerar postos de trabalho, resta aos jovens, principalmente das camadas populares, os setores de serviços básicos (limpeza, segurança, garçom, etc.), muitas vezes, estes postos são assalariados ou sem registro formal. Assim, a escassez de empregos torna os jovens um dos principais segmentos da população ativa mais fragilizados.

Considerando a realidade patrulhense, apesar dos poucos dados, pode-se dizer que, segundo o Censo Demográfico de 2000 (questionário amostral), a população com 10 anos ou mais, economicamente ativa, soma 18.558 habitantes. De 2000 a 2002, houve um aumento do número de empresas que, recebendo incentivo municipal, instalaram-se em Santo Antônio da Patrulha. Segundo dados da Secretaria do Planejamento/gestão 2001-2004, vinte e seis empresas foram criadas no município, com uma oferta de 1.495 postos de trabalho, sendo que destes, 924 foram no setor calçadista. Houve um aumento do número de empregos, mas não se sabe o impacto de tal, pois a única taxa de desemprego que se tem (14% - PED/DIEESE – 2º semestre de 2000 e 2001) é da região metropolitana de Porto Alegre, na qual Santo Antônio da Patrulha se insere, cujas realidades, principalmente quantitativas, são extremamente diferentes. Outro dado importante que dá uma dimensão das dificuldades não só dos jovens, mas da população patrulhense em geral, é o rendimento mensal. Os dados do Censo do IBGE de 2000 apontaram que as pessoas de 10 anos ou mais de idade em SAP (30.898 hab.), 16.654, receberam mensalmente de um a três salários mínimos e o aumento dos postos de trabalho dos últimos anos, ficou nesta faixa salarial.

No tocante à educação no Brasil, o Censo do IBGE de 2000 mostrou um aumento da taxa de escolarização que passou de 55,3% para 78,8%, ou seja, os jovens possuem hoje mais acesso à escolarização formal. Entretanto, as reprovações, as idas e vindas aumentam a defasagem idade-série. O mesmo Censo apontou que 52,6% dos jovens, na faixa etária de 15 a 17 anos, estão matriculados no Ensino Fundamental que é destinado a crianças de 7 a 14 anos. No relatório da UNICEF – Situação da Adolescência Brasileira – o município de

Santo Antônio da Patrulha aparece com 86,3% dos adolescentes de 12 a 17 anos matriculados na escola, o que indica que o desafio do poder público, escola e família está em trazer para a escola 13,7%, visando universalizar o atendimento nesta faixa etária. O mesmo relatório aponta que, na faixa etária de 14 e 15 anos, 20,8% dos adolescentes concluíram o Ensino Fundamental, o que indica que muitos adolescentes de 16 e 17 anos estão no Ensino Fundamental, apresentando aí uma defasagem idade-série.

Na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, o mesmo relatório aponta 50,9% matriculados no Ensino Médio. Os 49,1% restantes estão onde? Comparando esta informação com a anterior, de que somente 20,8% concluíram o Ensino Fundamental na idade própria, pode-se dizer que uma grande maioria (49,1%) estão retidos no Ensino Fundamental com defasagem idade-série.

Segundo dados da 11ª CRE de Osório, o ingresso de jovens no Ensino Médio de Santo Antônio da Patrulha tem aumentado nos últimos anos. A matrícula inicial em 2000 era 1.140 alunos(as); em 2001, 1.591; em 2002, 1.579.

É difícil situar as condições sociais dos jovens em SAP, considerando uma determinada faixa etária (12 a 17 ou 15 a 24...) porque os indicadores estatísticos disponíveis trabalham com diferentes faixas etárias. Sabe-se que um terço da população de SAP está na faixa etária de 10 a 29 anos. Sem política pública, média salarial de um a três salários mínimos mensais, crescimento da oferta de trabalho em fábricas de calçados, a quase inexistente oferta de educação profissional de nível médio, como também de cursos de qualificação profissional, a lacuna de projetos e ações municipais em benefício desta parcela da população, os poucos projetos federais e estaduais que dificilmente chegam a ser efetivamente implantados no município e as reduzidas opções de lazer, apontam para um conjunto de dificuldades no presente e futuro desta cidade. Apesar dos esforços do poder público para o desenvolvimento do município, estamos inseridos numa realidade maior e, para estes jovens, talvez a escola e o grupo sejam espaços de possibilidades, de fazer-se jovem através do reconhecimento e do pertencimento, pois os dados indicam que, neste município, a grande maioria dos jovens, mesmo em defasagem idade-série, estão na escola.

Os mapas de orientação dos jovens nem sempre combinam com os percursos. Por exemplo, às expectativas criadas pelo prolongamento da escolaridade, contrapõe a desqualificação dos diplomas. Assim, perante as estruturas sociais fluidas, os jovens sentem as inconstâncias e vivem num autêntico movimento de vaivém: abandonam os estudos e, depois retornam; encontram emprego e, logo depois, estão desempregados; suas paixões são como *vôos de borboletas*, sem pouso certo; casam-se, mas não é certo que seja para toda a vida.

É preciso afirmar que qualquer política pública destinada à juventude necessita da ampliação do entendimento dos modos de ser jovem e uma *escuta sensível* para a construção da participação juvenil, pois os impasses do presente não podem transformar o futuro num tempo ausente. Se a previsão navega nas águas da incerteza, o futuro precisa ser construído de forma participativa, envolvendo os jovens.

3.2 Diretrizes

Entendendo a juventude como uma fase da vida de um cidadão de direitos, é necessário assegurar à população jovem educação e trabalho.

Na educação, optando por um currículo que permita atuar no cotidiano e estabelecer estratégias para conter o abandono escolar.

Os desafios da escola se constituem em ensinar com qualidade social e apoiar os jovens em seu desenvolvimento humano, social e político. O trabalho da escola deve partir dos interesses e das habilidades dos jovens e não das suas carências e problemas. É necessário desenvolver uma pedagogia para a juventude que conte com habilidades de convivência, de participação coletiva e desenvolvimento emocional. É necessário também, abrir espaços para produção e a manifestação de diferentes formas de expressão da cultura.

No trabalho, é necessário potencializar as oportunidades de ingresso, permitindo um processo emancipatório e condições básicas de uma trajetória exitosa, bem como ampliando novas formas de trabalho.

A administração pública, estadual e municipal, deve organizar estratégias interinstitucionais que garantam recursos e envolvimento das organizações sociais, bem como articulação entre programas setoriais.

A universalização do ensino fundamental e o grande número de jovens fora da escola constituem uma demanda para o ensino médio cujas escolas existentes não atendem mais. É necessária a expansão da oferta de ensino médio rural para atender a população e elevar a escolaridade e a qualidade de vida do povo patrulhense.

3.3 Objetivos e Metas

- 1) Articular junto ao Estado a oferta de Ensino Médio aos alunos pertencentes ao meio rural;
- 2) Realizar levantamento das causas que levam os alunos a abandonarem a escola e recuperá-los;
- 3) Incentivar que o currículo do Ensino Médio conte com a cultura juvenil;
- 4) Fortalecer os mecanismos de orientação vocacional;
- 5) Incentivar a participação dos jovens na organização do currículo escolar.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 Diagnóstico e Diretrizes

A educação profissional sempre funcionou como mecanismo de exclusão fortemente associado à origem social do estudante. Há necessidade de oferta de educação profissional de nível médio e básico com qualidade, correspondendo a diversidade do mundo do trabalho. Estudos recentes mostram que o aumento de um ano na média educacional da população economicamente ativa determina um incremento de 5,5% do PIB (Produto Interno Bruto). Neste contexto, a elevação da escolaridade do trabalhador coloca-se como essencial para a inserção competitiva no mundo globalizado.

O município de Santo Antônio da Patrulha tem somado esforços em elevar a escolaridade do cidadão, mas na educação profissional a experiência tem sido com cursos de nível básico, oferecidos geralmente pelo Sistema S (SENAI, SENAC etc.) Não há escola com curso técnico de Nível Médio.

A vocação do município, ao longo da história tem sido reforçada como município de passagem, de turismo que oferece produtos como rapadura, sonho e cachaça, marca desta cidade ao longo dos anos.

Unindo a vocação ao turismo e à gastronomia com a educação profissional percebe-se a necessidade de especializar e ampliar os horizontes neste setor.

Sem dúvida, as possibilidades de competição no mundo globalizado são mínimas, com produtos que todos produzem; mas as chances são grandes quando nos especializamos naquilo que só nós fazemos e temos tradição, história e reconhecimento.

O reconhecimento no mundo global aumenta, quanto mais valorizarmos a nossa aldeia. Neste processo a educação tem papel importante e são necessários investimentos na educação profissional.

4.2 Objetivos e Metas

- 1) Articular junto ao Estado a oferta de Educação Profissional de Nível Técnico;
- 2) Criar um centro de Educação Profissional de nível básico, através de parcerias com empresas, Secretaria Municipal e Estadual de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Agricultura e Educação;
- 3) Coletar e organizar informações sobre condições de trabalho dos jovens;
- 4) Incentivar a participação dos jovens no fomento empresarial;
- 5) Realizar pesquisa na comunidade visando definir o Curso Técnico necessário ou de desejo da clientela.

5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

5.1 Diagnóstico

A Constituição Federal determina como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação e, portanto, também do Plano Municipal de Educação, a integração de ações do poder público que conduzam à erradicação do analfabetismo.

Os déficits do atendimento no ensino fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

Embora tenha havido progresso com relação a essa questão, o número de analfabetos é ainda excessivo e está intimamente associado às taxas de escolarização e ao número de crianças fora da escola.

População não alfabetizada com 15 anos ou mais.

Localização	Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Brasil	4.592.335	5.538.347	3.404.950	2.759.257
Rio Grande do Sul	146.331	199.018	80.317	75.595
Santo Antônio da Patrulha	712	876	1.092	917

*Dados IBGE/2000

Enquanto no RS 6,65% da população necessita de atendimento, em Santo Antônio 9,73% da população na faixa etária de 15 anos ou mais, tem programas de alfabetização sem continuidade, experiências que iniciam visando apenas alfabetizar. A realidade mostra a necessidade de programas com continuidade que visem a conclusão do Ensino Fundamental.

As escolas municipais Nossa Senhora de Fátima, Santa Inês e José Inácio Machado Ramos oferecem classes de aceleração, séries finais no noturno, atendendo uma clientela de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental. É surpreendente o número de adultos que buscam os exames supletivos para regularizar sua escolaridade. Juntando a clientela que estuda nas escolas municipais noturnas com a clientela das escolas estaduais e do NEJA (Núcleo de Educação de Jovens e Adultos e de Cultura Popular Rizoma) pode-se dizer que existe uma conscientização das pessoas e uma busca pelo conhecimento e escolaridade, o que é uma exigência concreta do mercado de trabalho e do mundo moderno.

O maior número de pessoas não alfabetizadas encontra-se na faixa etária de 45 anos ou mais, especialmente no meio rural. É necessária uma atenção com os homens desse meio a partir dos 25 anos, quando começa a concentrar-se, em maior número, os não alfabetizados.

Para inserir a população no exercício pleno da cidadania, melhorar sua qualidade de vida e ampliar suas possibilidades no mercado de trabalho é necessário o desenvolvimento de capacidades e competências que vão além de ler e escrever. A educação de jovens e adultos deve visar o ensino fundamental completo.

5.2 Diretrizes

As profundas transformações ocorridas pelo acelerado avanço científico e tecnológico e o fenômeno da globalização, têm implicações nos valores culturais, nas relações sociais e na reorganização do mundo do trabalho.

A necessidade de contínuo desenvolvimento de capacidades e competências para enfrentar estas transformações alterou a concepção de Educação de Jovens e Adultos. Não basta ensinar a ler e escrever, é preciso respeitar a oferta do ensino fundamental a este cidadão, como forma de real possibilidade de inclusão no mercado de trabalho, melhorar a qualidade de vida e inserir no exercício pleno da cidadania.

Para atender essa clientela, numerosa e heterogênea no que se refere a interesses e competências adquiridas na prática social é necessário uma proposta pedagógica adequada, um professor bem preparado e metodologias próprias à faixa etária.

A oferta de Educação de Jovens e Adultos requer ampliar as possibilidades contemplando ensino noturno, programas de alfabetização e pós-alfabetização vinculados à continuidade e complementação do ensino fundamental, bem como usufruir todas as possibilidades que a LDB contempla.

5.3 Objetivos e Metas

- 1) Implantar programa de alfabetização de jovens e adultos, com 15 anos ou mais, buscando a redução do índice de analfabetismo do município em 50% no prazo de 3 anos;
- 2) Oportunizar a conclusão do Ensino Fundamental aos jovens e adultos alfabetizados com mais de 15 anos que não tenham atingido este nível de escolaridade;
- 3) Aprimorar os programas de alfabetização de jovens e adultos, através da análise das experiências nacionais que se constituam em referência no combate ao analfabetismo;
- 4) Possibilitar a formação de educadores de jovens e adultos, de forma a atender a demanda com qualidade;
- 5) Aproveitar os espaços escolares, no noturno, para a oferta dos programas de alfabetização e conclusão do Ensino Fundamental;
- 6) Sempre que possível, associar ao Ensino Fundamental para jovens e adultos a oferta de cursos básicos de formação profissional;
- 7) Estimular as organizações não governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade;
- 8) Realizar estudos específicos com base nos dados do censo demográfico e censos específicos para verificar o grau de escolarização da população.
- 9) Realizar campanha de conscientização, para a busca da escolarização obrigatória e ensino médio.

6 EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.1 Diagnóstico

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões – o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas “regulares”.

A legislação, no entanto, é sábia em determinar preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressalvando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, classes de recursos ou sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Nossa realidade conta com atendimento especializado na Escola de Educação Especial Pica-Pau Amarelo, mantida pela APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), uma sala de recursos mantida pela Secretaria Municipal de Educação, na Escola Municipal Barão do Cahy e proposta de inclusão na Escola Municipal Antônio Laureano da Cunha Filho e outras escolas, além de classes de Educação Especial nas Escolas Estaduais Profª Gregória de Mendonça e Prof. Cândido de Barros.

É conhecida a demanda atendida, mas não a demanda existente. São necessários dados que apontem a demanda existente em cada deficiência: visual, auditiva, mental, múltipla, etc., para que seja expandido o atendimento especializado.

A visão de inclusão vai além da integração de portadores de necessidades especiais, exigindo da escola uma nova postura de acolhimento àquele aluno tradicionalmente excluído.

A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outro elemento fundamental é o material didático-pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos. Inexistência, insuficiência, inadequação e precariedades podem ser constatadas em muitos centros de atendimento a essa clientela.

Em relação à qualificação de professores há a necessidade de formação continuada de todos os educadores contemplando a temática educação especial, bem como a oferta de cursos que preparem os professores para a inclusão.

As tendências recentes dos sistemas de ensino são as seguintes:

- integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas;
- ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico;
- qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela;
- expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais de nível médio.

6.2 Diretrizes

A Educação Especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas por deficiências físicas, sensorial, mental ou múltipla ou altas habilidades.

A política de inclusão prevê, no âmbito social, o reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e reconhece o direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível. No âmbito educacional, a adequação dos espaços, equipamentos, materiais pedagógicos e qualificação dos professores.

A educação especial como modalidade da educação escolar, será promovida nas diferentes etapas da educação básica.

O Poder Público Municipal estimulará a inclusão em sua rede, criando possibilidades nas escolas que demonstrarem nas suas Propostas Pedagógicas compromisso com a inclusão. Estimulará também, com auxílio financeiro, o efetivo funcionamento da escola especial de ensino fundamental mantida pela APAE, para atendimento especializado ao cidadão patrulhense.

A política de inclusão necessita de planejamento, pesquisa e proposta de atendimento com a colaboração do estado e da união. Ações como o censo educacional mostrará a demanda e a especificidade das necessidades de atendimento.

6.3 Objetivos e Metas

- 1) Participar de programas destinados a oferta da estimulação precoce para às crianças com necessidades especiais em instituições especializadas ou regulares de Educação Infantil, através de parcerias com áreas da Saúde e Assistência Social;
- 2) Articular a oferta de cursos sobre educação especial para atender educandos com deficiências em todas as áreas (deficiência múltipla, auditiva, mental, visual, superdotados, autistas) para os professores em exercício na educação infantil e ensino fundamental, através de programas de formação em serviço;
- 3) Aplicar testes de acuidade visual e auditiva em todas as crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em parceria com a área da saúde, com o objetivo de detectar problemas e oferecer atendimento adequado às crianças;
- 4) Incrementar salas de recursos e outras alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns;
- 5) Estabelecer os padrões mínimos de infra-estrutura da escola para o atendimento de alunos especiais e adaptar os já existentes, eliminando barreiras de acessibilidade;
- 6) Somente autorizar a construção de prédios escolares em conformidade com os padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos;

- 7) Estimular a inclusão nos currículos de formação de professores, nos níveis médio e superior, de conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento de alunos com necessidades especiais;
- 8) Organizar e pôr em funcionamento um setor responsável pela educação especial para atuar na administração de recursos e ações que venham atender ao aluno especial, em parceria com os setores da saúde, assistência social e com outras organizações;
- 9) Assegurar a continuidade de apoio financeiro às instituições filantrópicas que prestam atendimento especializado;
- 10) Realizar pesquisa sobre as causas das deficiências encontradas nas crianças;
- 11) Criar um programa de prevenção, através do acompanhamento pré-natal;
- 12) Incluir alunos portadores de necessidades especiais, preferencialmente, em escolas regulares que possuam uma proposta pedagógica que contemple a inclusão destes alunos, apresentam melhores condições de infra-estrutura, material didático e professores em constante aperfeiçoamento.

III- MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

1.1 Diagnóstico

ENSINO FUNDAMENTAL					
Séries	Formação do Professor				
	Totais Professores	Normal Médio	Nível Superior	Estudante N.Superior	Sem formação mínima
1 ^a a 4 ^a	134	57	21	50	6
5 ^a a 8 ^a	56	10	20	26	0

EDUCAÇÃO INFANTIL									
Idade	Totais		Formação do Monitor				Formação do Professor		
	Monitor	Professor	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Cursando Normal	Normal Médio	Normal Médio	Cursando Superior	Superior
0 a 3	23	20	04	09	06	04	15	04	01
4 a 6	08	19	-	02	04	02	15	04	-
Totais	31 + 5*	39	04	11	10	06	30	08	01

* 5 monitores diretores com Normal de Nível Médio.

A análise dos dados sobre a formação de professores nos mostra que na educação infantil dos 39 professores, 30 possuem a formação mínima e 9 buscam a formação superior, apontando para um incentivo na busca da formação de licenciatura em grau pleno. De imediato são necessárias providências quanto a formação mínima dos monitores, oferecendo Normal de Nível Médio e possibilitando o ingresso na carreira do magistério, bem como a continuidade dos estudos.

É necessário reorganizar a distribuição dos professores, garantindo que estes atendam, principalmente as crianças de 4 a 6 anos que exigem mais pedagogicamente.

O ensino fundamental que ainda conta com 6 professores sem a formação mínima deve buscar a formação de Normal de Nível Médio atendendo a exigência legal.

Os dados apontam necessidade de investimentos na formação dos professores, auxiliando financeiramente, para que todos conquistem a licenciatura plena, formação desejada no artigo 62 e 87 da LDB.

1.2 Diretrizes

Este plano persegue metas que contemplam a formação inicial – entendida como a habilitação para o exercício da docência na educação básica; a formação continuada – entendida como a educação ao longo da vida, a qual busca aperfeiçoar a prática docente e enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

A formação inicial pretendida para os professores da educação infantil e ensino fundamental é a licenciatura de grau pleno, admitindo como formação mínima, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, o Normal de Nível Médio.

A busca da formação inicial tem o auxílio financeiro do Poder Público e a formação continuada é dever das mantenedoras.

A formação continuada deve priorizar o atendimento dos professores através de cursos, seminários e encontros educacionais.

Os diretores de escola devem ser professores que contemplam a formação para a docência na educação básica. Em escolas de educação infantil e de ensino fundamental de anos iniciais admite-se a formação mínima para o diretor.

1.3 Objetivos e Metas

- 1) Investir na formação do professor de Educação Infantil para que em 2010 todos tenham a formação mínima Normal de Nível Médio;
- 2) Os dirigentes de instituições de Educação Infantil devem ser professores com Pedagogia, admitindo-se a formação mínima Normal de Nível Médio;
- 3) A partir da vigência deste Plano somente admitir novos profissionais na Educação Infantil que possuam a formação mínima;
- 4) Possibilitar a Educação Continuada Permanente a todos os professores do Ensino Fundamental através de cursos, seminários, painéis, grupos de estudos;
- 5) Manter o auxílio financeiro para a formação inicial dos professores;
- 6) Oportunizar o acesso ao conhecimento no campo da informática aos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- 7) Em situações emergenciais, contratar profissional habilitado para os anos finais do Ensino Fundamental, cursando no mínimo o 4º semestre;
- 8) Efetivar convênio com instituições de Ensino Superior para a Educação Continuada de professores do Ensino Fundamental e Educação Infantil;
- 9) Efetivar convênio com instituições de ensino superior para dar formação inicial dos professores em Licenciatura de Grau Pleno;
- 10) Dar condições para que, até 2008, 70% dos professores de ensino fundamental tenham formação de nível superior em grau pleno.

IV- FINANCIAMENTO E GESTÃO

1 FINANCIAMENTO

1.1 Diagnóstico

O município de Santo Antônio da Patrulha vem aplicando os percentuais mínimos previstos para a educação. Nos anos em que não houve esta comprovação, o Tribunal de Contas, após revisão minuciosa dos gastos, emitiu certidão corrigindo os percentuais.

A implantação do Fundef trouxe recursos para o município, causando um superávit de receita.

O Conselho de Controle e Acompanhamento do Fundef é atuante no controle dos recursos subvinculados.

DEMONSTRATIVO ANUAL DE GASTOS COM EDUCAÇÃO – VALORES EMPENHADOS NO PERÍODO PARA APURAÇÃO DO PERCENTUAL

VALORES RETIRADOS DO BALANÇE DA DESPESA ÓRGÃO 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	1998	1999	2000	2001	2002
(+) Despesa empenhada no ano – MDE	1.217.421,40	1.127.830,90	1.227.242,40	1.578.945,10	2.107.965,00
(+) Despesa empenhada no ano – FUNDEF	828.980,69	1.279.323,42	1.495.086,68	1.391.063,08	2.078.791,36
(=) Subtotal-1	2.046.402,09	2.407.154,32	2.722.329,08	2.970.008,18	4.186.756,36
Superávit do FUNDEF – 2	181.438,85	288.221,73	418.825,98	274.035,56	668.863,00
Total – (1 – 2)	1.864.963,24	2.118.932,59	2.303.503,10	2.695.972,62	3.517.893,36
Total das Receitas Anuais do MDE	935.635,00	1.085.973,00	1.337.060,00	1.564.200,00	1.749.371,00
Total das Receitas Anuais do FUNDEF	1.050.591,00	1.162.036,00	1.483.826,00	1.495.974,00	2.098.978,00
Total da Receita do Município	7.218.863,10	7.839.147,10	9.606.801,50	10.894.557,00	12.722.944,00
Percentual Anual com Gastos em Educação	25,83%	27,03%	23,98%	24,75%	27,65%

Dados fornecidos pelo Controle Interno.

Observação: 2001- Certidão TCE Nº 058/2003 corrige para 25,32%.

2002- Certidão TCE Nº 031/2003 Santo Antônio da Patrulha atende disposto no artigo 212 Constituição Federal e comprova compromisso de ajuste de gastos referente ao ano de 2000.

1.2 Diretrizes

A Constituição Federal coloca a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, com prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Para cumprir este dever o município deve gastar no mínimo 25% dos impostos e transferências. O FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), subvincula recursos ao ensino fundamental, deixando a educação infantil com aplicação de no máximo 40% destes 25%.

É necessário a efetivação do regime de colaboração entre união, estado e município, bem como a ampliação de recursos para possibilitar atendimento de qualidade a educação básica e suas modalidades.

1.3 Objetivos e Metas

- 1) Assegurar que os 10% dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino não vinculados ao FUNDEF sejam aplicados, prioritariamente, na Educação Infantil;
- 2) Implementar o Programa Dinheiro Direto na Escola com recursos municipais a partir de 2003, possibilitando a autonomia da gestão financeira nas escolas de Ensino Fundamental;
- 3) Implementar o Programa Dinheiro Direto na Escola para as escolas municipais de Educação Infantil;
- 4) Garantir a valorização dos professores, através de progressões na carreira a partir de 2003 e correções salariais.

2 GESTÃO

2.1 Diagnóstico

Historicamente, o município teve gestores escolares indicados e nomeados pela administração municipal. Em 1997 houve a primeira indicação de diretores pela comunidade escolar das maiores escolas da sede, as demais continuaram tendo diretores indicados e nomeados pela administração.

Hoje, temos a Lei Municipal nº 4.382 de 31 de dezembro de 2003 que regulamenta a indicação de diretores e vice-diretores, das escolas municipais de ensino fundamental.

A gestão democrática não se concretiza na indicação de diretor. É necessário definir normas de gestão democrática para o Sistema Municipal de Ensino, ampliando a participação da comunidade em órgãos colegiados.

Os Círculos de Pais e Mestres e as Unidades de Apoio à Criança são entidades em efetivo funcionamento nas comunidades escolares, atuando como unidade executora para repasse de verbas a nível federal e municipal e também, como órgão de participação na gestão da escola.

2.2 Diretrizes

A gestão democrática da escola pública passa pela autonomia pedagógica, financeira e administrativa. A indicação do diretor pela comunidade escolar é uma forma de expressão da democracia. É necessário que a gestão seja realmente democrática no seu dia a dia, com decisões compartilhadas, assumidas pela equipe de professores e pelos pais, e que o processo de educação e formação das crianças e jovens seja compartilhado com as famílias.

A gestão democrática pressupõe organização dos serviços de secretaria, biblioteca, coordenação pedagógica etc., para fortalecer a autonomia da escola.

A gestão democrática requer que a escola construa, com sua comunidade escolar, uma proposta pedagógica que promova a inclusão e a aprendizagem com qualidade social.

A implantação e funcionamento de órgãos colegiados e o efetivo funcionamento do Círculo de Pais e Mestres e Unidade de Apoio à Criança são necessários para que seja exercitada a democracia na gestão da escola.

2.3 Objetivos e Metas

- 1) Garantir a escolha do diretor escolar através do processo democrático de indicação;
- 2) Definir normas de gestão democrática no Sistema Municipal de Ensino;
- 3) Desenvolver padrão de gestão que visa a autonomia da escola, a equidade, o foco na aprendizagem dos alunos e a participação da comunidade;
- 4) Apoiar tecnicamente as escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica;

- 5) Estabelecer programas diversificados de formação continuada e atualização, visando a melhoria do desempenho no exercício da função de diretor escolar em colaboração com universidades.
- 6) Assegurar que, em cinco anos, 50% dos diretores , pelo menos, possuam formação em nível superior e que, no final da década, todas as escolas contem com diretores adequadamente formados em nível superior, preferencialmente com cursos de especialização.

V- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

A avaliação do Plano Municipal de Educação deve ser realizada pela comunidade em geral, através do acompanhamento da realização das metas. Neste processo tem papel importante os conselhos, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Estado.

A avaliação do Plano deve considerar também, os dados quantitativos e qualitativos fornecidos pelo sistema de avaliação e os indicadores educacionais do município.

No terceiro ano de implantação do Plano, deve ocorrer o primeiro Fórum Municipal de Avaliação do Plano, como mecanismo de corrigir posturas e redimensionar metas, visando alcançar os objetivos para os próximos 10 anos.

REFERÊNCIAS

Constituição Federal, 1988.

Lei Federal nº 10.172 - Plano Nacional de Educação, 2001.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas. Dissertação de Mestrado, 2003.

Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental de Santo Antônio da Patrulha, 1999.

MONLEVADE, João A. Plano Municipal de Educação: Fazer para Acontecer. Brasília-DF: Idéa Editora, 2002.

DIDONET, Vital. Os Votos: por que devem cair.

REDIN, Euclides; MORAES, Salete Campos de. Políticas Nacionais de Educação: um olhar sobre o Plano Nacional de Educação. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

DIDONET, Vital. Acompanhamento dos Planos Estaduais de Educação.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes. Secretário da Educação e Cultura de João Pessoa, Paraíba. *O papel e o lugar dos planos estaduais e municipais*. Cadernos do Observatório, pág. 32-37.

MONLEVADE, João. Universidade Federal de Mato Grosso. *Plano Nacional de Educação ou carta de intenções?* Cadernos do Observatório, pág.16-32.

MONLEVADE, João Antonio. Roteiro para Elaboração do Plano Municipal de Educação. Brasília-DF: setembro, 2001.

DIDONET, Vital. O Plano Nacional de Educação e os planos estaduais e municipais. Gestão em Rede; nov/dez. 2001, pág. 14-19.

MEC/INEP/SEEC, 2002.